

Economia

EMPRESAS

Brasil

O PAÍS ESTÁ SENDO DEVASTADO

A Abdib alerta: o País poderá não resistir a um governo que não cumpre seus próprios planos econômicos.

O Brasil está numa situação de ingovernabilidade. A conclusão é dos empresários do setor de bens de capital, reunidos ontem na Abdib (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base). "O que nos parece é que os políticos querem ganhar cada vez mais posição pessoal e política e acabam tratando o País como o corpo de um condenado que deve ser esquartejado. E, de fato, daqui a pouco o corpo industrial, o corpo social, poderá se romper...", lamentou Antonio Teófilo de Andrade Orth, presidente da entidade.

Ele disse que os empresários do setor vão abandonar a partir de agora uma postura comportada, "o conformismo responsável", porque a situação chegou a um ponto dramático, comprometendo todas as promessas de planejamento seja para o setor, seja para o Brasil. "Não pretendemos com isso pedir um retorno ao autoritarismo, mas a busca de uma solução rápida para os problemas nacionais dentro — absolutamente dentro — do regime democrático", fez questão de destacar.

Orth lembrou que o governo acenou com vários planos para a economia e que o Plano Macroeconômico, traçado em junho passado pelo atual ministro da Fazenda, Bresser Pereira, era "lógico" e recebeu o apoio do empresariado. "Mas, como tantos outros, acabou não sendo levado a sério pelo próprio governo, que continua insistindo em investimentos não prioritários (exemplo: Ferrovia Norte-Sul, entre outros), não controlando o seu déficit nem seus gastos". O presidente da Abdib acrescentou que essas questões têm sido levadas ao governo, "que empurra os problemas com a barriga, porque, na verdade, não sabe mais como resolvê-los", frisou.

A advertência do empresário Orth foi feita depois de uma reunião de balanço de ano do setor, realizada ontem na sede da Abdib, aqui em São Paulo, com seus 96 associados. E ele ainda disse que "o quadro tende a piorar, podendo

levar o País a uma profunda recessão em 1988, de onde o setor de bens de capital, responsável pelo desenvolvimento da infra-estrutura básica de nossa economia, não conseguirá, mais uma vez, emergir com vida". Em outras palavras, Orth teme pelo sucateamento do parque fabril de bens de capital, transformando o País, de exportador, em importador de máquinas, equipamentos, etc. "E se tivermos dinheiro para pagar isso no futuro...", ironizou o empresário.

Na verdade, como se verá logo adiante, os números do desempenho do setor, este ano, são desalentadores: a ociosidade continua na média de quase 40% e a rentabilidade sobre o faturamento das empresas do setor chegou a 3,7% em 1986, enquanto nas estatais atingiu 11,5%. Observação: a dívida "conhecida", ou seja, titulada, do setor público para as empresas de bens de capital, acumula US\$ 180 milhões, sem falar dos realinhamentos contratuais de preços anteriores ao Plano Cruzado I, que ainda não foram acertados entre governo e iniciativa privada. Isso porque, em muitos casos, o governo insiste em não pagar sequer a correção monetária sobre o devido às empresas.

Planejamento

A resposta para as dificuldades, segundo Antônio Teófilo de Andrade Orth é insistir sistematicamente junto ao governo, a partir de agora na necessidade de um planejamento integrado, "mesmo à margem do processo político, traçando caminhos seguros independentemente, inclusive, do perfil ideológico da Constituinte, mandato presidencial, etc. Porque tudo isso", salientou Orth, "não pode continuar atrapalhando e atropelando o planejamento nacional". E o risco da situação é terrível, segundo Orth:

— Se perdermos essa perspectiva, poderemos muito bem ter uma belíssima Constituição em março próximo, mas seguramente ela não



Antonio Lúcio/Arquivo

Entre as queixas de Orth, o egoísmo dos políticos.

terá sobre o que legislar, porque o País vai estar devastado — enfatizou o presidente da Abdib. A reivindicação mais imediata do setor — que coincide com a de várias outras entidades empresariais, como a Fiesp, Abimaq (Associação Brasileira de Indústria de Máquinas) e Abinee (Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica) — é que o governo cumpra pelo menos um dos seus planos para a economia nacional. Caso contrário, a Abdib estima que os investimentos em 1988 vão cair a níveis de 1983, ou seja, ao redor dos 14% do PIB (Produto Interno Bruto), con-

tra 19,5% em 1986 e alguma coisa ao redor de 16% este ano.

— O País, por força desse vácuo de governo, está entrando num processo recessivo, que o fôlego da nossa indústria de bens de capital não vai efetivamente suportar — acentuou Orth. Além de reconhecer que o setor perdeu, nos últimos anos de recessão, a possibilidade de concorrência externa, especialmente com países do Leste Europeu, "que vendem a qualquer preço porque acham fundamental manter em pé seu parque de bens de capital", ele vê mais uma ameaça "devastadora": o fim da Lei de

Similaridade (proíbe importar um produto do setor que seja fabricado aqui no Brasil), sem falar da política do CPA (Conselho de Política Aduaneira), de eliminar incentivos e impostos de importação, o que pode inviabilizar o setor de bens de capital nacional.

Falência

O presidente da Abdib acrescentou que a entidade está disposta a somar esforços com a Fiesp, Abimaq, Abinee, entre outras, para impedir que isso aconteça. O argumento a ser utilizado é simples e direto: "A falência da indústria nacional do setor", salientou. A partir daí, o pleito é este: manutenção do conceito de similaridade, manutenção dos acordos de participação e uma análise do valor das novas alíquotas da CPA pelas entidades, até, pelo menos, junho do próximo ano — já que elas devem entrar em vigor a partir de maio próximo.

Teófilo Orth afirmou também que o seu setor prefere os planos para importações apresentados pelo CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial) aos do CPA. Mesmo porque os empresários acham no mínimo um "absurdo" se pensar numa reforma tarifária de forma isolada, sem uma política industrial integrada, um Plano Macroeconômico. "Isso é incompreensível até mesmo nos países do Leste, que jamais pensaram numa política de liberação de importações, quando todo o setor mundial de bens de

capital atravessa um momento difícil", frisou Orth.

Ele pediu definição para o orçamento de investimentos das estatais, "que segue essa mesma linha de instabilidade e incerteza que paira sobre o Brasil". Lembrou que o PAG — Plano de Ação Governamental — havia prometido investimentos de Cz\$ 100 bilhões e Cz\$ 430 bilhões em 1988 nas áreas de siderurgia e elétrica, respectivamente; mas agora a Sest (Secretaria Especial de Controle das Estatais) reduziu isso para Cz\$ 41 bilhões e Cz\$ 350 bilhões. De qualquer modo, o setor de bens de capital por encomenda fechou 1987 com um faturamento "baixíssimo", igual ou inferior a 1986: cerca de US\$ 2,4 bilhões.

O nível de emprego se matém estagnado há um ano e meio, com 202 mil empregados. A utilização da capacidade produtiva chega à média de 37% no setor, e até a 50% para os subsectores ferroviário e naval. Apenas no sub-setor elétrico cai para 24%. Apesar disso, as exportações cresceram 9% em 87, podendo fechar este ano com US\$ 600 milhões, contra US\$ 533 milhões no ano passado, mas o setor está ameaçado de ser retaliado pelos EUA, que absorvem de 30% a 40% desse comércio externo. Resumindo, Orth está bem amparado pelas estatísticas ao pedir governo, quer dizer, planejamento estável para o Brasil.

Sergio Leopoldo Rodrigues